

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM ÁREAS DE INTERESSE SOCIAL: PROPOSTA DE MELHORIA DO ESPAÇO LIVRE¹

Áquila Vasconcellos

Instituto Federal do Espírito Santo – campus Colatina
aquila.vasconcellos@gmail.com

Manoela Paulinelli Cunha Maiolli Monjardim

Instituto Federal do Espírito Santo – campus Colatina
manumonjardim@hotmail.com

Mateus Bernardo Scussulim Saloto

Instituto Federal do Espírito Santo – campus Colatina
mateusscussulim@hotmail.com

RESUMO:

O trabalho apresenta uma proposta de redemocratização dos Espaços Livres de Uso Público (ELUPs) a respeito de suas características no contexto urbano, partindo do pressuposto de que estes acontecem de forma fragmentada, dispersa, insuficiente para agregar valor no território ou simplesmente não acontecem. A problemática está relacionada com conflitos e disputas que podem acontecer no espaço livre em função da escala do planejamento urbano, pensada a satisfazer as necessidades do capitalismo. A metodologia conta com a revisão acerca do tema, diagnóstico do espaço estudado e proposta de um projeto preliminar de paisagismo. Foi constatado que é possível conceber ELUPs de qualidade desde passe a ser prioridade para o planejador urbano.

Palavras-chave: espaços livres de uso público; redemocratização do espaço; paisagismo.

GT – 7: Produção do espaço urbano numa perspectiva crítica.

¹ Trabalho realizado sobre a orientação da Ma. Renata Mattos Simões.

1 INTRODUÇÃO

Os espaços livres de uso público são ferramentas fundamentais no funcionamento e no desenvolvimento da vida urbana de qualidade (QUEIROGA, 2014). A utilização desses espaços se torna ainda mais importante nos conjuntos habitacionais de interesse social, visto que essas comunidades historicamente sofrem com o descaso do poder público que, muitas vezes, destina sua implantação em áreas periféricas ou inadequadas, o que aumenta a vulnerabilidade socioeconômica de seus habitantes (JESUS, 2018). Assim, pensar na importância dos espaços livres tem sido negligenciado tanto pelo estado, que deixa brechas na legislação, quanto pela destinação dos usos dos espaços, que fica limitada à descrição de uma porcentagem que não garante qualidade e vivacidade. Sendo assim, se os planejadores não controlam a distribuição e o caráter dos espaços livres, os agentes produtores dos empreendimentos que envolvem novos parcelamentos, geralmente, usam as sobras de parcelamento para implantação dos espaços livres de uso público (CARVALHO, 2014). Por esse motivo, é necessário conhecer a lógica vigente da produção das cidades hoje para a compreensão do processo que acarreta essa utilização desses espaços.

O modo de produção atual das cidades, nos países subdesenvolvidos, acompanha uma lógica que já vem se mostrando ineficaz ao longo do último século. De modo geral, a cidade é dividida em setores cada vez mais distantes entre si e conectada pelo sistema viário. Portanto, pode-se observar que os núcleos de moradia estão cada vez mais afastados do centro e, normalmente, com seu uso sendo delimitado apenas à moradia, sendo que é no centro onde encontram-se os serviços e os espaços livres de uso público que recebem os maiores investimentos e cuidados. Esse modelo, que reproduz o conceito de cidade dividida por zonas monofuncionais já fracassou nos países desenvolvidos provocando efeitos desastrosos por pura conveniência econômica (ROGERS, 1997).

Consequentemente, a malha urbana exhibe setores que agrupam determinadas zonas: residencial, comercial, industrial e de lazer. Essa falta de compactação e de sobreposição de usos variados para uma região deixa brechas para subutilização de espaços livres entre essas áreas.

Historicamente, os conjuntos habitacionais de interesse social são os que mais sofrem com esse modelo de produção, com sua implantação mais afastados dos centros das cidades, onde são

encontrados os terrenos mais baratos (CARVALHO, 2014). Em complemento, Rolnik (2010, p.13) apresenta que:

O modelo de produção habitacional pelo poder público com redução dos custos por meio da aquisição de terras longínquas e baratas e produção em larga escala (construção de conjuntos em grandes lotes) contribuiu para o agravamento do processo de periferização. Este processo tem como resultado imediato a demanda de enormes investimentos não contabilizados inicialmente e potencializa problemas de deslocamento e vulnerabilidade social.

Nesse contexto, a mais recente iniciativa do governo para sanar o problema do déficit habitacional não foge a esses padrões. O programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), implementado em 2009, que surgiu como uma iniciativa à crise mundial ocorrida em 2008 (CARVALHO, 2014), segue a mesma regra da implementação dos conjuntos habitacionais nas franjas urbanas. Com a segregação social, imposta por esse modelo de planejamento urbano, os moradores são privados de terem acesso facilitado aos serviços básicos e aos espaços de lazer e convívio de qualidade, que estão normalmente concentrados no interior da malha urbana.

Sob o aspecto legal, para o PMCMV existem normas que regem a implementação de áreas de lazer e convívio como a Portaria nº 465 (BRASIL, 2011) que delimita valores mínimos para áreas com esses fins. Porém, esses espaços livres continuam sendo implantados sem nenhum estudo virando grandes vazios dentro dos conjuntos. Assim, é possível observar que esses espaços ora são ocupados pelos moradores locais e são agregados como espaços de convívio, ora são ocupados por edificações irregulares já que a falta de um uso destinado atrelado à não fiscalização permite que isso ocorra. Além disso, o desuso pode fazer com que esses espaços passem a ser não lugares, ou seja, lugares não identitários, não históricos e sem relações (AUGÉ, 2007). Desse modo, podem se tornar foco de problemas ambientais e sociais. Diante do exposto, o planejamento dos espaços livres dentro dos conjuntos habitacionais de interesse social assume um importante papel, uma vez que esses espaços têm função crucial na qualidade de vida de seus usuários e que há tanto vêm sendo negligenciados acarretando problemas no âmbito social e ambiental não só na escala local mas também na vida urbana como um todo.

A cidade de Colatina-ES não foge desse modelo de produção e portanto foi escolhido como objeto de estudo deste trabalho um recorte dos bairros, de interesse social, Ayrton Senna e João Meneguelli, localizados na franja urbana do município (Ilustração 1). Os dois bairros, projetados em épocas e por programas habitações diferentes, visavam atender ao déficit habitacional existente

em Colatina-ES. Ambos possuem uma dinâmica de bairro semelhante, com habitações unifamiliares padrão, espaços livres fragmentados e carentes de infraestrutura urbana de qualidade.

Ilustração 1 – Localização.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

2 OBJETIVO

Criar uma conexão entre os espaços fragmentados no recorte estudado, com foco na trama verde-azul para uma área livre dos bairros João Meneguelli e Ayrton Senna, município de Colatina – ES.

3 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A fim de entender a inserção dos espaços livres no tecido urbano e sua importância para a vida da cidade foi feita uma pesquisa de revisão bibliográfica para compreender como esses espaços estão sendo produzidos historicamente nas cidades.

3.1 A produção da cidade

No último século, com o advento da revolução do automóvel, o modelo de estruturação da cidade sofreu um grande impacto. Com a produção em massa dos veículos motorizados, seguindo a lógica de produção “fordista”, a vida na cidade foi totalmente alterada e a mesma passou a ser dividida em setores monofuncionais cada vez mais afastados entre si (ACHER, 2007).

Consequentemente, o automóvel passa a ser o pivô da forma urbana, sendo responsável pela diminuição da coesão social da cidade. A partir da monofuncionalidade dos espaços, o meio urbano passou a ser fragmentado em zona industrial, residencial, comercial e de lazer. Dessa forma, acabou perdendo a qualidade dos espaços livres, que se tornaram menos ocupados por pessoas devido às grandes distâncias criadas por um modelo que prioriza o transporte individual como meio de locomoção entre as áreas criadas (ROGERS, 1997).

No final do século XX e início do século XXI, percebe-se que a cidade se transforma cada vez mais em um produto, que segue uma lógica mercadológica, onde há a valorização de certas áreas em detrimento de outras. Essas zonas de valorização recebem mais investimentos, tanto da iniciativa pública quanto privada, aumentando a especulação dos terrenos (SERPA, 2018). Assim, a produção dos espaços volta-se para a espetacularização, com aumento da qualidade em alguns espaços selecionados na malha urbana. A partir da produção dos setores da cidade, a implantação dos espaços dedicados à moradia é alocada, normalmente, nas franjas urbanas. Esses espaços carecem de equipamentos urbanos e serviços, como comércio e lazer, e seus moradores têm que recorrer ao centro para conseguir acesso a essas atividades.

3.2 A produção da habitação de interesse social

A política habitacional no Brasil começou, de forma expressiva, em 1964 com recursos de financiamento geridos pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) até 1986, ano de sua extinção. Segundo Bonduki (2008), 25% das construções efetuadas no período de 1964 a 1986, foram financiadas pelo BNH, apesar de ainda ser um número que não atendia o déficit habitacional instalado no país. Após a extinção do BNH, a gestão operacional passou a ser administrada pela Caixa Econômica Federal e teve sua gerência efetuada por diversos órgãos gestores da política habitacional até a implantação, em 2003, do Ministério das Cidades (CARDOSO, 2013).

Em decorrência da crise financeira mundial iniciada em 2008, em março de 2009 o Governo Federal instituiu, por meio da Lei nº 11.977 (BRASIL, 2009), a política habitacional vigente até os dias de hoje, o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV (CARVALHO, 2014).

Apesar dos programas de política habitacionais terem o intuito de sanar o déficit existente no país, os mesmos não fogem da lógica de produção e consumo da cidade setorizada. Normalmente são implantados nos terrenos mais afastados do centro, por serem mais baratos e em locais que carecem de infraestrutura urbana básica como sistema de transporte público, água e energia. A destinação da produção da Habitação de Interesse Social (HIS) nesses locais vem sob o pretexto de baratear os custos da moradia (ROLNIK, 2010). Porém, essa parcela da população é a que mais sofre com todo o processo de produção da cidade moderna. Sem ter acesso a lazer e serviços na própria comunidade e implantadas em locais que são distantes das fontes dessas atividades no tecido urbano, os moradores dessas comunidades se veem segregados pela própria forma de estruturação das cidades. As áreas destinadas a equipamentos urbanos, como praças e parques, ficam à deriva da sorte, já que a preocupação com a criação de espaços que fomentem a boa qualidade de vida

fica limitada às áreas de maior valor dentro da cidade (SERPA, 2018). Desse modo, os espaços livres, dentro dessas comunidades, acabam sendo ocupados de forma irregular ou não são apropriadas como espaços de convívio pela própria comunidade (CARVALHO, 2014), já que sua implantação não é feita de forma planejada levando em consideração a importância desses espaços para a vivacidade da população local.

3.3 A Produção dos espaços Livres

Historicamente, os espaços livres constituídos por ruas, praças, parques, jardins, quintais públicos ou privados no tecido urbano têm papel fundamental no funcionamento e vida da cidade (QUEIROGA, 2007) e formam o sistema de espaços livres das mesmas, independente da escala urbana.

Esses espaços, que em um período anterior aconteciam de forma mais orgânica seguindo as necessidades da vida pública, hoje são produzidos de forma sistêmica e de acordo com a necessidade da vida moderna do homem dependente do automóvel e seguindo a lógica de produção capitalista da cidade. Numa cidade setorizada, os locais que recebem os investimentos de maior infraestrutura são onde se encontra a melhor qualidade dos sistemas de espaços livres dentro da malha urbana, em prol da valorização dos terrenos (SERPA, 2018). Os investimentos em infraestrutura viária, e também nos espaços de convívio, acabam privilegiando determinadas classes, conforme afirma Serpa (2018) em seus estudos. O autor destaca que os maiores investimentos em parques urbanos estão voltados para área onde a nova classe média está localizada. Em contrapartida, os locais mais afastados dos centros, ocupados pelos bairros de habitação de interesse social, carecem de infraestrutura e investimentos (ROLNIK; NAKANO, 2009), sendo segregados e ficando à mercê de sua própria sorte. Além dos problemas acarretados por essa segregação espacial, que ocorre devido ao modelo de produção do espaço urbano, as condições precárias de qualidade urbanística e de moradia demonstram relação direta com violência nas cidades (MARICATO, 2000).

Além disso, o problema da qualidade dos espaços livres na cidade também tem relação com a própria legislação, uma vez que são determinados valores para implantação de áreas verdes e equipamentos urbanos, o que supre a demanda da quantidade desses espaços dentro das localidades, mas nenhuma ferramenta relativa à qualidade da implantação dessas áreas é aplicada. Segundo o Art. 10º da lei de parcelamento do solo (Colatina, 1996) do município de Colatina-ES, 35% da área dos novos loteamentos devem ser destinadas aos sistemas de circulação,

equipamentos urbanos, comunitários e espaços livres de uso público, mas dentro dessa porcentagem, somente 5% são destinados unicamente aos espaços livres de uso públicos e outros 5%, destinados aos equipamentos comunitários. Ainda devem ser analisadas as dimensões mínimas das áreas destinadas a espaços livres de uso público de acordo com o parágrafo 2º do mesmo artigo da lei (Colatina, 1996):

§ 2º. No caso da porcentagem destinada aos espaços livres de uso público não constituir uma área única, uma das áreas deverá corresponder, no mínimo, à metade da área total exigida, sendo que, em algum ponto de qualquer das áreas, dever-se-á poder inscrever um círculo com raio mínimo de 10,00m (dez metros).

Porém, ainda assim, faltam ferramentas para a análise da qualidade desses espaços livres que, normalmente, são implantados em sobras de quadras ou em áreas com declividade elevada e que acabam por virar espaços vazios, não-lugares, dentro dos bairros. Esse fator se agrava quando o espaço analisado compõe os loteamentos de habitação de interesse social, já que os produtores desses empreendimentos, em busca de um maior lucro, negligenciam a produção dos espaços (CARVALHO, 2014) aproveitando as brechas deixadas pela legislação.

Por meio desse modelo de produção atrelado ao pouco caso das políticas públicas de democratização e equidade da qualidade dos espaços, é possível observar o surgimento de uma malha urbana cada vez mais hostil e segregada, que favorece o aumento da desigualdade social, afirmando cada vez mais o capital como motor da vida nas cidades atuais.

3.4 Estratégia de ação

Para realização das propostas deste estudo, foi feito um levantamento dos Espaços Livres (ELs) de um recorte nos bairros João Meneguelli e Ayrton Senna por meio da observação dos mapas e plantas existentes e ainda, identificação das apropriações dos moradores em visitas *in loco*. Também foi realizada a observação local para diagnosticar os usos desses espaços no bairro pela comunidade, a fim de gerar croquis e anotações. Feito isso, os dados coletados foram registrados em mapas, resultando em um diagnóstico classificatório com as apropriações dos espaços livres públicos, como vias, espaços com cobertura vegetal, praças, e espaços livres privados existentes nos bairros analisados. Após a coleta e síntese de todos os dados adquiridos foi feito um estudo preliminar de intervenção paisagística de uma área do recorte com foco na trama verde-azul, que, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente, da Energia e do mar da França (2017) tem o objetivo de preservar a continuidade ecológica, em que cor verde se refere às áreas terrestres vegetadas e o azul às aquáticas.

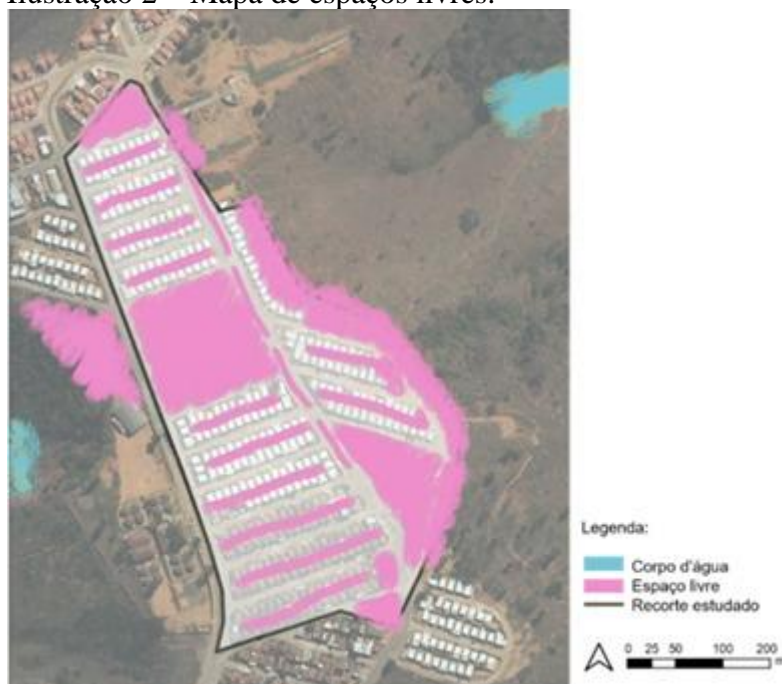
4 DESENVOLVIMENTO

Para melhor compreensão do desenvolvimento deste trabalho, ele foi dividido em quatro partes, em função da metodologia utilizada: diagnóstico da área estudada; estratégias e diretrizes para melhoria dos ELs; aplicação da trama verde-azul; e o estudo preliminar paisagístico.

4.1 Diagnóstico da área estudada

A área estudada, como foi mencionado anteriormente, está localizada nos bairros João Meneguelli e Ayrton Senna, e possui área de aproximadamente 10 hectares. Essa área possui uma grande quantidade de espaços livres fragmentados, sejam eles públicos ou privados, e como está inserida em um topo de morro, foi possível notar também que existe dois corpos d'águas próximos a ela, localizados no fundo do vale, como pode ser observado na Ilustração 2.

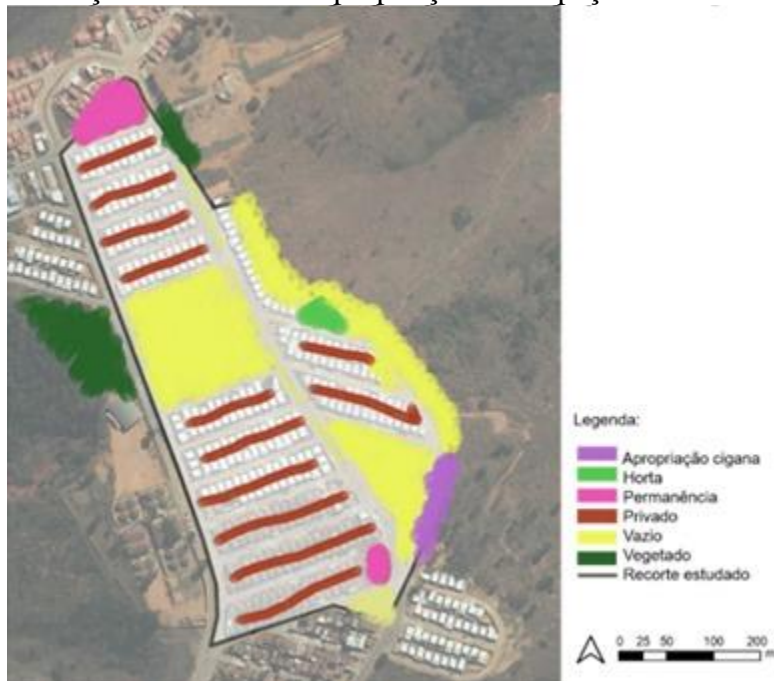
Ilustração 2 – Mapa de espaços livres.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

A partir da definição do recorte, por meio de visitas *in loco* foi possível fazer um diagnóstico dos espaços livres existentes, sejam eles planejados ou espontâneos e de suas apropriações. Através dessa análise, foi observada a presença de apropriação cigana, horta comunitária, espaços de permanência, áreas livres não apropriadas, áreas vegetadas e ainda uma parcela relativamente grande de espaços livres privados (Ilustração 3).

Ilustração 3 – Forma de apropriação dos espaços livres



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

É válido dizer que os espaços livres apropriados, de forma espontânea ou planejados, não possuem infraestrutura e os mobiliários urbanos existentes foram implantados pelos próprios moradores, como pode ser visto na Ilustração 4. Além disso, uma característica muito marcante da área estudada é a apropriação das calçadas com materiais de construção, vegetação e assento (Ilustração 5). Esse último revela um costume da comunidade local de integração e convivência nas ruas. Foi possível ainda notar que por não ser caracterizado por bairros com alto tráfego de automóveis, as crianças se apropriam do espaço público, e desenvolvem atividades infantis de lazer, tanto em frente suas casas como nos espaços livres presentes no recorte. Ademais, foi possível observar que os fundos de lote não são edificados, em sua maioria, e representam os espaços livres privados demonstrados na Ilustração 3.

Ilustração 4 – Mobiliários implantados pelos moradores.



Fonte: Autores (2019).

Ilustração 5 – Apropriação das calçadas.

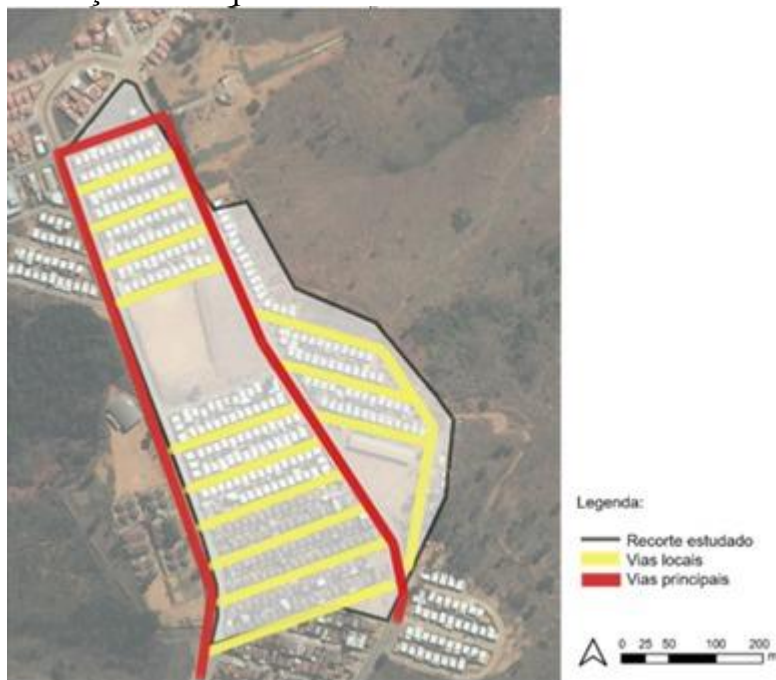


Fonte: Autores (2019).

A visita em campo possibilitou ainda perceber o quanto a comunidade local carece de equipamentos urbanos e espaços públicos para convivência e interação social, já que na falta deles os moradores supriram suas carências com equipamentos e espaços improvisados.

Quanto ao sistema viário da área, foi identificada a existência de vias principais e locais, como pode ser visto na Ilustração 6. As vias principais são compostas por canteiros centrais sem vegetação e iluminação pública destoante da escala humana, e são aquelas que possuem maior tráfego de automóveis nos bairros, contempladas com o transporte público. As vias locais, por sua vez, também não são vegetadas e o tráfego de veículos é baixo. É válido ressaltar que essas vias são pontos de encontro e de interação social.

Ilustração 6 – Mapa de vias.



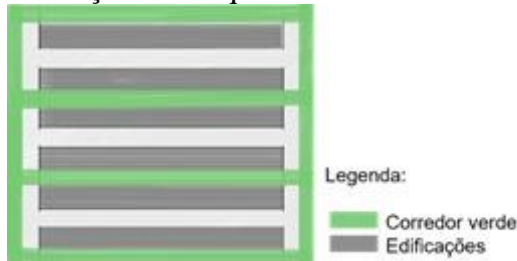
Fonte: Autores (2019).

4.2 Diretrizes e estratégias

Mediante a esse cenário, percebendo a necessidade de melhoria dos espaços públicos, e implantação de locais que possibilitem a interação, permanência e o lazer, foram estabelecidas diretrizes e estratégias que norteiam o estudo preliminar. Para a elaboração das mesmas foi levado em consideração a sustentabilidade, a priorização dos espaços livres, a recuperação de áreas vegetadas degradadas e a integração social. Sendo assim, melhorar a infraestrutura dos espaços livres conectando os mesmos, e alterar o sistema viário da área estudada, são diretrizes desse trabalho.

As estratégias definidas para os **espaços livres** são: implantar infraestrutura verde, por meio de biovaletas², praça de contenção, corredores verdes nos fundos de lotes e nas vias existentes (Ilustração 7); estabelecer uma parceria público x privado para a implementação e manutenção dos corredores verdes nos fundos de lote e nas vias; estruturar os espaços livres existentes (planejados ou espontâneos) para proporcionar apropriação e sentimento de pertencimento por parte dos usuários.

Ilustração 7 – Esquema de conexão dos fundos de lotes e dos corredores verdes.



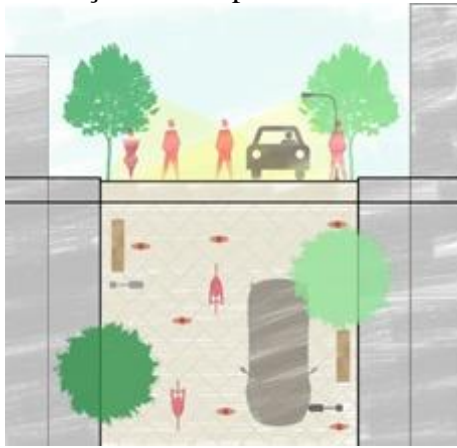
Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

As estratégias definidas para o **sistema viário** são: implementar iluminação a nível do pedestre em todas as vias; manter o sentido das vias principais, acrescentando medidas de *traffic calming*³, e implementar biovaletas nos canteiros centrais existentes; transformar as vias locais em vias compartilhadas e vegetá-las (Ilustração 8), a fim de proporcionar locais de encontros e permanência.

² Biovaletas são depressões lineares preenchidas com vegetação, solo e outros elementos filtrantes, que auxiliam no processo de limpeza da água da chuva e conduzem seu escoamento para jardins de chuvas ou sistemas convencionais de retenção e detenção de águas (CORMIER; PELLEGRINO, 2008).

³ *Traffic calming* é um termo utilizado para definir uma conjunto de medidas ‘acalmadoras’ de tráfegos, com foco na priorização dos pedestres e de modais como bicicleta e transporte coletivo (ANDRADE; SILVEIRA JÚNIOR, 2015).

Ilustração 8 – Proposta das vias compartilhadas.

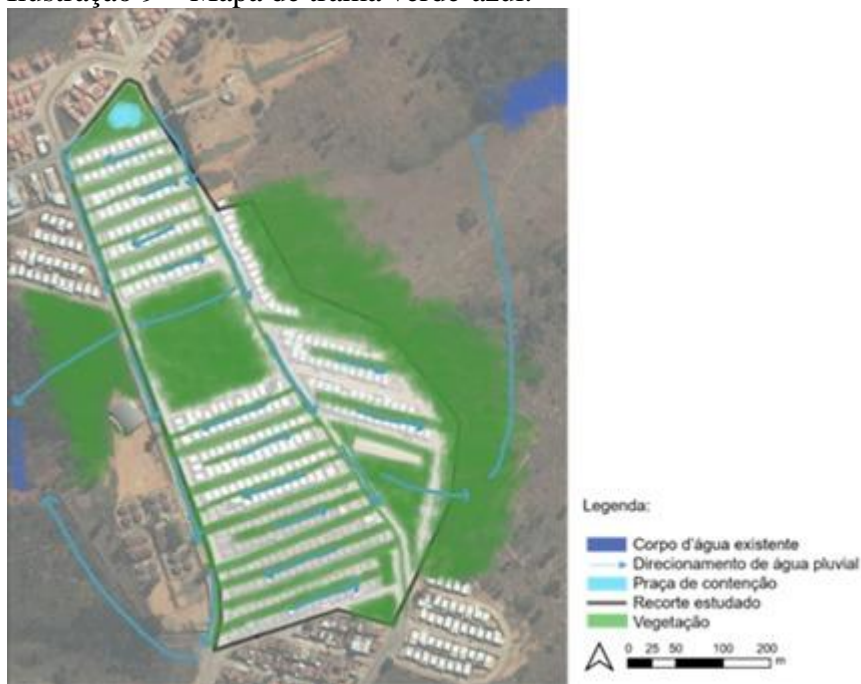


Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

4.3 Trama verde-azul

Para a melhoria dos espaços livres existentes, foi priorizada a trama verde-azul, ou seja, a vegetação e as águas foram valorizadas e conectadas por uma rede capaz de potencializar as relações bióticas. Dessa forma, os espaços livres existente degradados e não utilizados poderiam ser reflorestados com espécies nativas, e novos espaços livres com potencial (fundos de lotes) seriam arborizados, como mostra a Ilustração 9. Além disso, as águas pluviais seriam direcionadas (por força da gravidade) pelas biovaletas até os corpos d'água existentes nos fundos de vale. Existiria, ainda, uma bacia de contenção no ponto mais alto da área estudada. Tal bacia conteria a água da chuva, para que fosse direcionada, por meio das biovaletas, para o interior da praça (Ilustração 9), resultando numa maior interação e contato com a água por parte dos usuários do ambiente.

Ilustração 9 – Mapa de trama verde-azul.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

4.4 Proposta de estudo preliminar

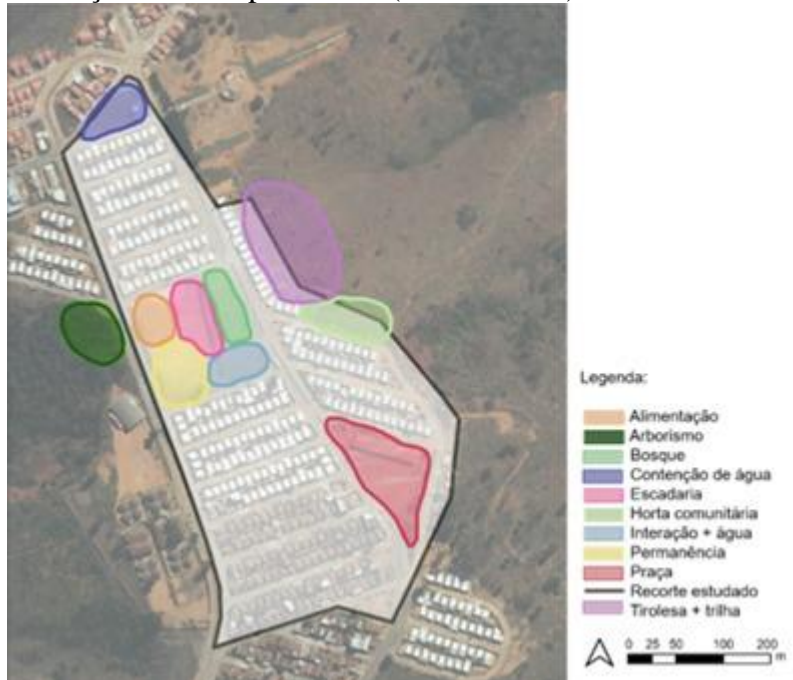
O estudo preliminar foi dividido em duas etapas: a escala macro, que foi desenvolvida baseada numa análise geral da área; e a escala micro, que é um recorte escolhido por englobar três espaços livres potenciais que permitem uma conexão entre eles. É válido dizer que todas as propostas que serão apresentadas podem ser utilizadas e replicada em outros espaços livres existentes nos bairros, levando em consideração as características individuais e peculiaridades do local.

4.4.1 Escala Macro

Com base nos espaços livres degradados, subutilizados ou não utilizados foram feitas propostas de uso para cada um deles. Vale ressaltar, que alguns deles já são utilizados pelos moradores, e que os seus usos não serão modificados, e nessas áreas a proposta de modificação diz respeito apenas à infraestrutura e à implementação de mobiliários urbanos. Dessa forma, as propostas de espaços livres para a escala macro são: praça de contenção, no EL que se encontra na parte mais alta da área de intervenção, e que pode ser utilizada como pista de *skate* em períodos de seca; melhoria da infraestrutura da horta urbana, que existe no local e é mantida pelos moradores; mirante e espaço para tirolesa, em uma área que tem uma visual interessante, e que leva até um dos corpos d'água existentes próximo a área de intervenção; arborismo, para propiciar uma aproximação e contato com a natureza, em um espaço que atualmente possui vegetação nativa; e

uma praça com usos diversos, em um espaço livre central, com usos como permanência, interação com a água, alimentação e descanso (Ilustração 10).

Ilustração 10 – Mapa de usos (escala macro).



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

4.4.2 Escala Micro

Para a elaboração do estudo preliminar do projeto de intervenção e melhoria dos espaços livres, foi escolhido um recorte com área aproximada de 17 mil metros quadrados, em função da trama verde-azul. Essa recorte engloba três espaços livres, que, conectados, funcionariam como um parque urbano (Ilustração 11).

Ilustração 11 – Espaços livres.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

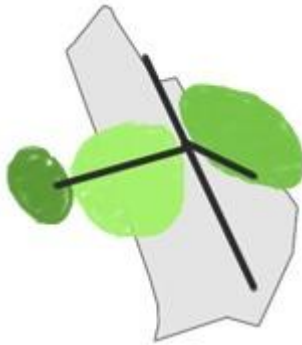
Atualmente, somente o espaço central é utilizado pelos moradores para lazer, os outros dois não são vistos pelos moradores como potenciais para apropriação. No entanto, a proposta para esses espaços faz com que eles se tornem complementares, e que a área central, definida como uma praça, seja um espaço de interligação entre eles. Dessa forma, o conceito definido para o projeto é a conexão entre os três espaços, como pode ser observado na Ilustração 12, e ele será aplicado através do partido exemplificado na Ilustração 13.

Ilustração 12 – Diagrama conceitual.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Ilustração 13 – Partido do projeto.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

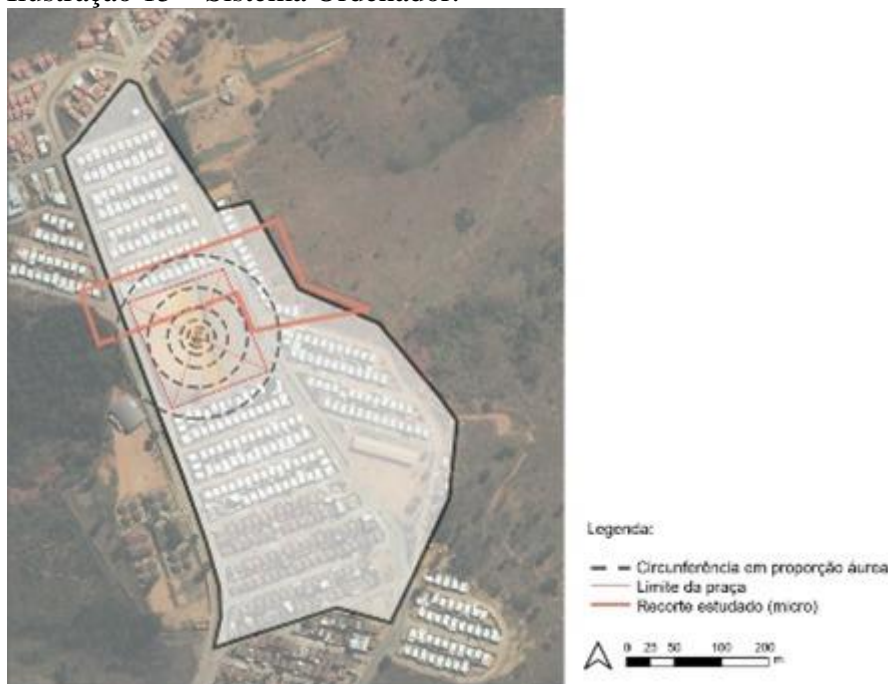
Como metodologia para a concepção do espaço, o recorte foi zoneado em função do uso. Foram definidos ainda limites, através de barreiras permeáveis e semipermeáveis (Ilustração 14), e, por fim, definidos os pisos, vegetação e mobiliários. Foram propostos diferentes usos que atraem o transeunte, como espaço para alimentação, bosques, interação, permanência, tirolesa e arborismo. Para a elaboração do projeto, foi definido um sistema ordenador que segue a proporção áurea inscrito dentro desse recorte menor, para a definição do posicionamento dos elementos (piso, vegetação e mobiliários) (Ilustração 15).

Ilustração 14 – Zoneamento e limites.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Ilustração 15 – Sistema Ordenador.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

A praça proposta (Ilustração 16) se dá em níveis diferentes e suas extremidades são compostas por bosque (Ilustração 17) e área de alimentação, que atraem os transeuntes para o seu interior. O setor de alimentação é próximo ainda da área de arborismo, a fim de estabelecer uma conexão entre as áreas. No interior da praça flui um caminho d'água proveniente da bacia de contenção proposta, que permite um contato com o azul. Além disso, a escadaria proposta (Ilustração 18) pode ser apropriada livremente pelos usuários.

Ilustração 16 – Praça proposta.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Ilustração 17 – Bosque proposto.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Ilustração 18 – Escadaria proposta.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

5 CONCLUSÃO

A produção dos espaços nas cidades se dá de forma impessoal e segregadora devido ao modelo de produção capitalista que ocasiona a falta de vivacidade, gerando vazios urbanos, não lugares e a diminuição das relações entre os corpos habitantes que necessitam de espaços de encontros. Portanto, conclui-se a necessidade da existência desses espaços de convivência dentro do meio urbano, visto que quando eles não se dão de forma planejada, dão-se de forma espontânea por parte dos usuários.

É válido mencionar que é de suma importância a apropriação dos moradores dos espaços públicos, e que a crítica que se faz nesse estudo é da falta de infraestrutura adequada, que deveria ser papel do poder público, e que não é ofertada, na maioria das vezes, em bairros de interesse social. Em complemento, de acordo com Jacobs (2018), toda a apropriação espontânea vindo por parte dos moradores é valorizada e é muito importante para a vida urbana. Porém, não é responsabilidade

deles terem que criar espaços já que seus bairros não ofertam áreas adequadas para interações. Portanto, diante do trabalho exposto, constata-se que, quando o planejamento urbano tem intenção, é possível proporcionar espaços livres de qualidade e redemocratizar o acesso das pessoas a espaços negados a elas na cidade, por meio de ferramentas paisagísticas como conexão entre os espaços livres, valorização da infraestrutura verde e incentivos à diversidade de usos e permanência nas áreas urbanas.

REFERÊNCIAS

- ACHER, François. POR UM URBANISMO ESTRATÉGICO, DECISÓRIO E HEURÍSTICO. **Malha Urbana - Revista Lusófona de Urbanismo**, [S.l.], n. 4, maio 2009. ISSN 1646-3765. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/malhaurbana/article/view/119>, acesso em: 2 jun. 2019.
- ANDRADE, Josiane Nascimento; SILVEIRA JÚNIOR, Roberto Sarmiento da. Traffic calming: o uso dos dispositivos de acalmamento de tráfego na cidade do Recife. **HUMANAE: questões controversas do mundo contemporâneo**. Ed. Especial SETA 2015, 2015. Disponível em: <http://humanae.esuda.com.br/index.php/humanae/article/view/503/144>, acesso em: 20 jun. 2019.
- AUGÈ, Marc. **Não lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 9. Ed. Campinas: Papyrus, 2012.
- BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. **Análise Social**, v. 127. n. 3, p. 711-732, 1994. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377539C9uKS3pp5Cc74XT8.pdf>, acesso em: 2 jun. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Brasília, DF, 2009.
- BRASIL. Ministério da Cidade. Gabinete do Ministro. **Portaria No 465, de 03 de outubro de 2011**. Dispõe sobre as diretrizes gerais para aquisição e alienação de imóveis por meio da transferência de recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV. **Diário Oficial da união**, Brasília, DF, 4 out. 2011. nº 191, Seção 1, pág. 31.
- BRASIL. **Lei nº 5.273, de 12 de março de 2007**. Institui o Plano Diretor do Município de Colatina, estabelece objetivos, instrumentos e diretrizes e dá outras providências para as ações de planejamento no Município de Colatina. Colatina, 2007.
- CARDOSO, Adauto Lucio. **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. Disponível em: http://observatoriodasmetropoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/mcmv_adauto2013.pdf, acesso em: 2 jun. 2019.
- CARVALHO, Camila Lima e Silva de; SCHUETT, Nils; PATRÍCIO, Nuno André. A importância das áreas de uso comum em projetos de habitação de interesse social: O caso do programa Minha Casa Minha Vida. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, Curitiba, v. 3, n. 2, 2014. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/3581>, acesso em: 25 abr. 2019.
- CORMIER, Nathaniel S.; PELLEGRINO, Paulo Renato Mesquita. Infra-estrutura verde: uma estratégia paisagística para a água urbana. **Paisagem Ambiente: ensaios**. São Paulo, n; 25, p. 125 -145, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/105962>, acesso em 24 jun. 2019.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.



JESUS, Patrícia; DENALDI, Rosana. Experiências de regulação urbana e suas possibilidades: análise a partir do Programa Minha Casa Minha Vida na Região do Grande ABC (São Paulo). **EURE**, Santiago, v. 44, n. 58, p. 67-87, 2018. Disponível em: <http://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/2397/1082>, acesso em: 24 maio 2019.

LIMA, Adilson; CLAPER, Jeanine; PINHO, Moonnigui; FULCHE, Rosangela. **Relatório final de avaliação de desempenho do ambiente construído: Estudo de caso – Creche institucional DR. Paulo Niemeyer**. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU/UF RJ, 2006. 32 p. Disponível em: <http://www.gae.fau.ufij.br/relatorios-de-pesquisa.html>, acesso em: 1 jun. 2019.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, 2000. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-88392000000400004>, acesso em: 3 jun. 2019.

MINISTÈRE DE L'ENVIRONNEMENT, DE L'ÉNERGIE ET DE LA MER. La Trame Verte et Bleue: un outil pour maintenir la biodiversité dans nos territoires et lutter contre le changement climatique. 2016. Disponível em: <http://trameverteetbleue.fr/documentation/references-bibliographiques/trame-verteetbleue-outil-pour-maintenir-biodiversite-dans>, acesso em: 11 jun. 2019.

ROGERS, Richard; GUMUCHDJIAN, Philip. **Cidades para um pequeno planeta**. 1. Ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2015.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. Da relevância pública dos espaços livres um estudo sobre metrópoles e capitais brasileiras. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 58, p. 105-132, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/82387>, acesso em: 13 maio. 2019.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. Sistemas de espaços livres: construindo um referencial teórico. **Paisagem Ambiente: ensaios**, n. 24, p. 81-88, 31 dez. 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/paam/issue/view/6555>, acesso em: 2 jun. 2019.

ROLNIK, Raquel. **Como produzir moradia bem localizada com os recursos do programa minha casa minha vida?: implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade**. Brasília: Ministério das Cidades, 2010. Disponível em: <http://www.capacidades.gov.br/biblioteca/detalhar/id/169/titulo/como-produzir--moradia-bem-localizada--com-os-recursos-do--programa-minha-casa--minha-vida-#prettyPhoto>, acesso em: 24 abr. 2019.

ROLNIK, Raquel; NAKANO, Anderson Kazuo. **Direito à moradia ou salvação do setor?** Folha de São Paulo, São Paulo, p. A3 - A3, 14 mar. 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1403200909.htm>, acesso em: 28 abr. 2019.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2018.